

Manifesto em defesa da educação pública

Contra os cortes no orçamento e por mais verbas para a educação

Com a Constituição Federal de 1988, foram determinados alguns princípios fundamentais para a educação nacional, tais como a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, para todos os níveis; a perspectiva de obrigatoriedade para o Ensino Médio e o atendimento às crianças de 0 a 6 anos na educação infantil. Do ponto de vista do financiamento, foi estabelecida uma política de fundos para a educação básica – inicialmente, com o Fundef, e, atualmente, com o Fundeb -, tendo sido vinculados constitucionalmente recursos para a viabilização de tal política. Do ponto de vista do atendimento, a educação básica avançou nos últimos anos, ainda que não tenha alcançado a universalização e nem superado as desigualdades regionais. Um dado digno de nota é que 83% do total das matrículas para este nível de ensino ocorreram na rede pública (dados de 2013). Do ponto de vista da qualidade, ainda há muito a avançar, por isso, continuamos alinhados à luta histórica por mais recursos, defendendo o cumprimento imediato dos 10% do PIB para a educação pública.

Em relação ao ensino superior público, houve, na última década, um importante movimento de expansão, iniciado, em 2003, e estendido, em 2007, com o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (Reuni). No entanto, cinco anos depois, em 2012, o atendimento público em nível superior continuou tímido: dos 7,2 milhões de alunos matriculados em cursos de graduação, 73,4% estavam em instituições privadas; 15,2% em federais, 8,8% em estaduais e 2,6% em municipais.

Os desafios da democratização do acesso à educação superior de qualidade ainda estão longe de serem alcançados. Uma das metas do atual Plano Nacional de Educação é a de elevar a taxa de matrícula para 33% da população de 18 a 24 anos e expandir para 40% as novas de matrículas no segmento público.

Infelizmente, entre 2013 e 2014, houve um ponto de inflexão nas políticas do governo federal para a educação superior pública, com o fim do Programa Reuni e a ausência de novas diretrizes para a consolidação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Concomitantemente, houve a criação ou ampliação de programas de incentivo ao ensino privado, tais como o *Programa Universidade para Todos* (Prouni), o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (Pronatec) e a alteração e flexibilização das regras do *Fundo do Financiamento Estudantil* (Fies). Para efeito de comparação no orçamento de 2015, somente para empréstimos do Fies, estão previstos R\$ 15 bilhões e o orçamento de custeio básico de todas as universidades federais do país, em 2014, foi muito inferior, de R\$ 2,4 bilhões.

Em 2015, as dificuldades na aprovação do orçamento no Congresso Nacional e a política de ajuste das contas públicas do governo federal produziram uma redução na liberação de recursos para as IFES, o que prejudicou o desenvolvimento adequado das atividades básicas de ensino, pesquisa e extensão.

As universidades públicas, entre elas as federais, são as principais responsáveis pela produção de conhecimento no Brasil. Desempenham um papel chave no debate

de ideias, na discussão pública e na formação democrática dos jovens estudantes. Ocupam, por isso, um lugar de destaque no desenvolvimento do país e na vida da população.

Nesse contexto, ganha importância estratégica a definição de uma política de Estado que permita o fortalecimento da educação como um todo, e em particular a consolidação e a expansão das IFES no país, estabelecendo metas e prazos e, fundamentalmente, com compromisso por parte do governo federal de garantir os recursos humanos e financeiros necessários ao cumprimento dessa política. Nos colocamos a disposição para atingir o objetivo de transformar o Brasil em “Pátria educadora”.

Precisamos, portanto, que o governo federal:

- Libere urgentemente e sem cortes o orçamento do MEC de 2015
- Acelere a aplicação dos 10% do PIB na educação pública
- Defina uma política de Estado sobre consolidação e expansão com qualidade do ensino público superior
- Aumente as verbas para ciência e tecnologia
- Aprove no Congresso Nacional uma proposta de criação de novas vagas para professores e técnicos administrativos em educação
- Garanta auxílios e assistência estudantil com ampliação das verbas do PNAES e de outras políticas de assistência

Assinaturas*

Reitores:

Profa. Soraya Smaili – Reitoria de Universidade Federal de São Paulo

Prof. Eduardo A. Modena – Reitor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo

Prof. Jaime Ramires – Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dagoberto Alves de Almeida – Reitor da Universidade Federal de Itajubá

Prof. José Edilson de Amorim – Reitor da Universidade Federal de Campina Grande

Parlamentares e Prefeituras :

Jorge Lapas – Prefeito de Osasco (membro da Frente de Prefeito pelo Desenvolvimento da Unifesp)

Arnaldo Faria de Sá – Deputado Federal

Ivan Valente – Deputado Federal

Paulo Texeira – Deputado Federal

Carlos Giannazi - Deputado Estadual

Entidades :

Profa. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Prof. Daniel Cara – Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Profa. Maria Christina W. Avellar – Presidente da Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE)
Cristiano Moraes Junta – Vice-presidente da Associação Nacional de Pós-graduando (ANPG)

Movimentos :

Padre Ticão e Luis França – Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste;
Escola de Cidadania; Jornal Voz da Comunidade

Diretores:

Profa. Rosana Puccini - Diretora do Campus São Paulo/Unifesp
Profa. Regina Spadari - Diretora do Campus Baixada Santista/Unifesp
Prof. Daniel Arias Vazquez- Diretor do Campus Guarulhos/Unifesp
Prof. João Alexandrino – Diretor do Campus Diadema/Unifesp
Prof. Murilo Leal Pereira Neto – Diretor do Campus Osasco/Unifesp
Prof. Luiz Leduínio Diretor do Campus São José dos Campos/Unifesp

Intelectuais

Prof. Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Universidade de Campinas
Prof. Ruy Braga – Universidade de São Paulo
Prof. Luiz Henrique Schuch – Universidade Federal de Pelotas
Profa. Lisete Arelaro Universidade de São Paulo

*Assinaturas em construção. Manifesto permanecerá aberto a adesões.